



**PARECER DA CCJ E COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 36/2025.**

**Ementa: Implementa, no Município de Sarzedo/MG, o Programa “Mãos que Constroem” e dá outras providências.**

**1. RELATÓRIO**

O presente parecer tem como objetivo analisar a constitucionalidade, legalidade e adequação do Projeto de Lei nº 36/2025 que institui o Programa “Mãos que Constroem”, visando estabelecer parcerias entre o Município e pessoas físicas ou jurídicas interessadas em realizar melhorias em áreas públicas municipais de uso comum.

Trata-se de análise jurídica da Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 36/2025, elaborada por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça durante suas reuniões ordinárias e internas, em que se decidiu pela apresentação de substitutivo ao texto original.

Lido em Plenário no dia 08 de maio de 2025, durante a 8ª Reunião Ordinária de 2025 da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura.

A propositura foi submetida a esta Comissão para análise quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E DA REGULARIDADE FORMAL DA MATÉRIA**





A análise da constitucionalidade da Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 36/2025 exige, como ponto de partida, a verificação da competência legislativa atribuída ao Município de Sarzedo no tocante à matéria tratada.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 30, a competência dos entes municipais.

O projeto em questão busca implementar um programa que promove parcerias para a realização de melhorias em áreas públicas municipais, claramente inserindo-se no âmbito de interesse local. A melhoria e manutenção de espaços públicos são temas diretamente relacionados à gestão municipal, visando assegurar melhores condições de uso e segurança para a população local, atendendo, assim, ao princípio federativo e à autonomia municipal garantida pela Constituição Federal.

## **2.2. Natureza Jurídica das Parcerias e da Cessão de Uso**

O Programa "Mãos que Constroem" se fundamenta em parcerias entre o poder público municipal e a iniciativa privada para viabilizar intervenções em espaços públicos municipais.

Tais parcerias têm natureza de colaboração, sem transferência de domínio ou alienação dos bens públicos, e com responsabilidade integral dos parceiros privados quanto aos custos e encargos decorrentes da execução das melhorias.

Assim, observa-se que o programa visa ao atendimento do interesse público, buscando ampliar a qualidade e conservação dos espaços públicos, ao mesmo tempo em que preserva o patrimônio público municipal, o que encontra respaldo na doutrina e na jurisprudência administrativa.



### 3. CONCLUSÃO

Diante da análise apurada, opina-se pela constitucionalidade, legalidade e pertinência do Projeto de Lei nº 36/2025, que se apresenta como medida plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente, não havendo indícios de quaisquer vícios ou inconstitucionalidades mediante a aprovação da emenda substitutiva aqui indicada.

Sala das Comissões Franklin Landi, em 03 de junho de 2025.

  
**Rafael Souza Parreira dos Chagas**

Presidente da CCJ

  
**Inaiara Benício Lima**

Relatora (suplente) da CCJ e Relatora da C. de  
Obras Públicas

  
**Sara Paula do Nascimento Campos**

Membra da CCJ e Presidente da C. de  
Obras Públicas

  
**Vitor Elídio Vespasiano Silva**

Membro da C. de Obras Públicas